

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 26/02/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	12
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	13
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 26/02/2021 à 30/09/2021	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	927.070.207
Preferenciais	0
Total	927.070.207
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021
1	Ativo Total	725.409
1.01	Ativo Circulante	2.310
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129
1.01.03	Contas a Receber	2.148
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.148
1.01.03.02.01	Debêntures	2.148
1.01.06	Tributos a Recuperar	19
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19
1.01.07	Despesas Antecipadas	14
1.02	Ativo Não Circulante	723.099
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.947
1.02.01.04	Contas a Receber	1.844
1.02.01.04.02	Debêntures	1.844
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	103
1.02.02	Investimentos	721.152
1.02.02.01	Participações Societárias	721.152
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	721.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021
2	Passivo Total	725.409
2.01	Passivo Circulante	204
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6
2.01.02	Fornecedores	187
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	187
2.01.03	Obrigações Fiscais	11
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11
2.01.03.01.02	Demais Impostos Federais	11
2.02	Passivo Não Circulante	606.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	606.640
2.02.01.02	Debêntures	606.640
2.03	Patrimônio Líquido	118.565
2.03.01	Capital Social Realizado	927.070
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.653
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-763.852
2.03.06.01	Transição de Capital	-763.852

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.022	-27.188
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.533	-2.123
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.533	-2.123
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.489	-25.065
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.022	-27.188
3.06	Resultado Financeiro	-12.178	-17.465
3.06.01	Receitas Financeiras	1.835	1.950
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.013	-19.415
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.200	-44.653
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.200	-44.653
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.200	-44.653
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02	-0,05

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.200	-44.653
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.200	-44.653

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.060
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.123
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	63
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-585.074
6.02.01	Caixa Gerado nos Investimentos	-585.074
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	587.263
6.03.01	Emissões de Debêntures e Custos Relacionados	587.262
6.03.02	Integralização de Capital	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	129
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 26/02/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	927.070	0	0	0	0	927.070
5.04.01	Aumentos de Capital	927.069	0	0	0	0	927.069
5.04.08	Integralização de Capital	1	0	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.653	-763.852	-808.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.653	0	-44.653
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.852	-763.852
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-763.852	-763.852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	927.070	0	0	-44.653	-763.852	118.565

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.892
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.892
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.892
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-23.111
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.065
7.06.02	Receitas Financeiras	1.954
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-25.003
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-25.003
7.08.01	Pessoal	178
7.08.01.01	Remuneração Direta	178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57
7.08.02.01	Federais	39
7.08.02.02	Estaduais	18
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.415
7.08.03.01	Juros	19.415
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.653

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021
1	Ativo Total	3.658.253
1.01	Ativo Circulante	156.861
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.829
1.01.03	Contas a Receber	57.712
1.01.03.01	Clientes	55.564
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.148
1.01.03.02.01	Debêntures	2.148
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.312
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.312
1.01.06.01.01	Outros Tributos a Recuperar	1.388
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	1.924
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.610
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.398
1.02	Ativo Não Circulante	3.501.392
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	299.718
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	84.103
1.02.01.04	Contas a Receber	5.890
1.02.01.04.01	Clientes	4.046
1.02.01.04.02	Debêntures	1.844
1.02.01.07	Tributos Diferidos	137.988
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.988
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	239
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	71.498
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	71.498
1.02.03	Imobilizado	909
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	909
1.02.04	Intangível	3.200.765
1.02.04.01	Intangíveis	3.200.765
1.02.04.01.02	Infraestrutura	2.979.156
1.02.04.01.03	Ativo de Contrato	221.609

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021
2	Passivo Total	3.658.253
2.01	Passivo Circulante	402.872
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.405
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.399
2.01.02	Fornecedores	220.103
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	220.103
2.01.02.01.01	Fornecedores	219.977
2.01.02.01.02	Fornecedores - partes relacionadas	126
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.741
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.924
2.01.03.01.02	Demais impostos federais	3.924
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.817
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	147.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.556
2.01.04.02	Debêntures	96.902
2.01.05	Outras Obrigações	16.165
2.01.05.02	Outros	16.165
2.01.05.02.04	Arrendamento Mercantil	6.747
2.01.05.02.05	Outras Passivos	9.418
2.02	Passivo Não Circulante	3.009.554
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.964.034
2.02.01.02	Debêntures	2.964.034
2.02.02	Outras Obrigações	27.768
2.02.02.02	Outros	27.768
2.02.02.02.03	Fornecedores	25.762
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil	1.183
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias	505
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	318
2.02.04	Provisões	17.752
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.069
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.256
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias e Tributárias	5.651
2.02.04.01.06	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.162
2.02.04.02	Outras Provisões	2.683
2.02.04.02.04	Provisão de Conversa Especial	2.683
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	245.827
2.03.01	Capital Social Realizado	927.070
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.653
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-763.852
2.03.06.01	Transição de Capital	-763.852
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	127.262

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	290.359	440.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-197.082	-302.904
3.03	Resultado Bruto	93.277	137.131
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.351	-11.420
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.758	-12.081
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	407	661
3.04.04.01	Outras Receitas Líquidas	407	661
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.926	125.711
3.06	Resultado Financeiro	-107.637	-189.955
3.06.01	Receitas Financeiras	6.038	9.119
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.675	-199.074
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.711	-64.244
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.719	15.168
3.08.02	Diferido	2.719	15.168
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.992	-49.076
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-18.992	-49.076
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.200	-44.653
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-792	-4.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02	-0,05

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-18.992	-49.076
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-18.992	-49.076
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.200	-44.653
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-792	-4.423

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.129
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.471
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.551
6.01.03	IRPJ, CSLL e Juros de Debêntures e Financiamentos Pagos	-1.791
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-743.314
6.02.01	Aquisição de Investimento	-583.000
6.02.02	Resgate (aplicação) em Títulos e Valores Mobiliários	-33.621
6.02.03	Adições ao Intangível e Bens do Ativo Imobilizado	-126.693
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	583.505
6.03.01	Emissão de Debêntures	600.000
6.03.02	Pagamento de Arrendamento	-5.497
6.03.03	Gastos e Rendimentos na Emissão de Debêntures	-10.999
6.03.04	Integralização de Capital	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.320
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45.509
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.829

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 26/02/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	927.070	0	0	0	0	927.070	131.684	1.058.754
5.04.01	Aumentos de Capital	927.069	0	0	0	0	927.069	0	927.069
5.04.08	Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	131.684	131.684
5.04.09	Integralização de Capital	1	0	0	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.653	-763.852	-808.505	-4.423	-812.928
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.653	0	-44.653	-4.423	-49.076
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.852	-763.852	0	-763.852
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-763.852	-763.852	0	-763.852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	927.070	0	0	-44.653	-763.852	118.565	127.261	245.826

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 26/02/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	467.923
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	467.327
7.01.02	Outras Receitas	596
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-194.421
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-127.710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.203
7.02.04	Outros	-18.508
7.03	Valor Adicionado Bruto	273.502
7.04	Retenções	-88.194
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-88.194
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	185.308
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.470
7.06.02	Receitas Financeiras	9.470
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	194.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	194.778
7.08.01	Pessoal	16.698
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.180
7.08.01.02	Benefícios	3.872
7.08.01.03	F.G.T.S.	646
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.044
7.08.02.01	Federais	-1.325
7.08.02.02	Estaduais	357
7.08.02.03	Municipais	16.012
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.112
7.08.03.01	Juros	212.040
7.08.03.02	Aluguéis	72
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-49.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.653
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-4.423

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Rio de Janeiro 10 de outubro de 2021 - É com grande satisfação que a Rodovias Holding do Brasil S.A. (“Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativos ao período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. Todos os valores apresentados no Relatório da Administração estão expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outro modo.

Histórico

A RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A. (“Companhia”) foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedade por Ações”). A Sociedade tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 501 A, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia decidiu investir na Concessionária Rotas das Bandeiras S.A. (“Controlada”). Desta forma, passou a ser acionista direta, passando a deter o equivalente a 85% do capital social da controlada.



A Controlada passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI- 084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,1 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalem ou ampliem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Concessionária possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos e equipamentos de apoio. Desta forma, realiza em média 250 atendimentos por dia, com agilidade e excelência no terceiro trimestre de 2021.

Destaques

EBITDA Ajustado¹: R\$ 248.914 no período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021.

Comentário do Desempenho

Investimentos no 3T21: R\$ 145.852 mil investidos por parte da controlada, ao longo da malha rodoviária, destacando a continuidade nos serviços das Marginais da Rodovia João Cereser (SP-360), da Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), além do início das obras do complexo da Rodovia Romildo Prado (SP-063) e finalização de trechos de recuperação especial de pavimento.

Desempenho Econômico-Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas).

A **Receita Líquida Operacional** da Companhia totalizou **R\$ 290.360** no trimestre e R\$ 440.035 para o período.

Os **Custos** totalizaram **R\$ 197.082** para o trimestre e **R\$ 302.904** no período.

As **Despesas** totalizaram **R\$ 7.758** no trimestre e **R\$ 12.081** no período.

O EBITDA Ajustado do período apresentou resultado de **R\$ 248.914**.

Resultado Financeiro

A Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$107.637 no trimestre e R\$ 189.955 no período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021.

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 6.038 no trimestre e R\$ 9.119 no período.

As **Despesas Financeiras** alcançaram R\$ 113.675 no trimestre e R\$ 199.074 no período.

Comentário do Desempenho

Endividamento

Em 15 de novembro de 2019, a controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A os parâmetros de atualização anulam efeito do Di+4,25% e passa a ser IPCA + 8.00% aa exp du252 incorpora juros até 10/11/2023.

Investimentos

Embora todos os desafios impostos pelo COVID-19, como queda no tráfego e incertezas macroeconômicas, os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Controlada no terceiro trimestre de 2021 foram de R\$ 145.852 mil, demonstrando a responsabilidade e o compromisso da Controlada com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 3,3 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 3T21 podem ser assim resumidas:

- Continuidade dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), construção dos Postos de Pesagem móvel nos kms 0+800 e 1+500, e SAU no km 1+900;
- Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- Continuidade da construção de Posto de Pesagem fixa no km 56+160 Pista Sul, da SP-065;
- Continuidade dos serviços das Marginais da Rodovia João Cereser (SP-360), nas duas laterais do km 62+000 ao 65+000;
- Continuidade dos serviços da Estrada secundária com 1573 m - km 31+000, da SP-065;
- Início da Estrada secundária com 256,475 m - km 40+260, da SP-065

Comentário do Desempenho

- Continuidade dos serviços da Estrada secundária com 180 m - km 44+600, da SP-065;
- Início dos serviços do complexo de obras da SP-063, Faixa Adicional do Km 2+500 ao 3+500, Implantação do Dispositivo do Km 3+500, Retificação do Traçado do Km 4+100 ao 5+250 e Implantação do Dispositivo do Km 5+500;
- Início da implantação da Faixa Adicional do Km 15+100 ao 15+700, das SP-063
- Início da implantação das Passarelas no Km 122 e 126 da SP 332, e no Km 63+100 da SP-065;
- Início da construção da parada de carga especial do Km 77 e Km 124, da SP-065;
- Início da construção do posto de pesagem móvel do Km 97, da SP-065;
- Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Indicadores Operacionais

A Controlada cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

Gestão de Pessoas

A Controlada utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Controlada, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de *Compliance* e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia, com sua Controlada, contavam com 634 integrantes em seus quadros.

Em relação aos impactos provocados pelo COVID-19, no período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021, a controlada continuou adotando várias medidas mitigatórias destes efeitos, para garantir a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, seguem abaixo as principais ações:

- Regime de home office para as áreas Administrativas;
- Entrevistas de contratações remotas;
- Instalação de totens de álcool gel com orientações de saúde;
- Uso obrigatório de máscaras;
- Limitadores de distância nas portarias de entrada e relógios de ponto;

Comentário do Desempenho

- Aferição de temperatura nas portarias e nos colaboradores ao acessarem os veículos de transporte;
- Intensificação dos serviços de limpeza;
- Campanhas de cuidado com a saúde e higiene;
- Acompanhamento dos colaboradores suspeitos e/ou positivos de COVID-19, com o afastamento das suas atividades até alta médica pela saúde ocupacional.

5. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Ambiental

Para a Companhia e sua controlada, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Audidores Independentes

Em atendimento às determinações da Instrução CVM n° 381/2003, informamos que a BDO RCS Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes atender as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Notas Explicativas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais
e consolidadas
Em 30 de setembro de 2021

Notas Explicativas

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias individuais e consolidadas
- informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Rodovias do Brasil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas comparativas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 26 de fevereiro de 2021 e, desta forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas findas em 30 de setembro de 2021, são as primeiras informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentadas pela Companhia e seu resultado está compreendido pelo período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. Por este motivo não existem informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas comparativas.

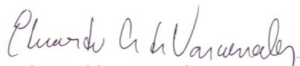
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Rodovias do Brasil Holding S/A e sua controlada direta (“Companhia” ou “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de gestão e exploração de serviços rodoviários, regidos sobre contratos de concessão exploração de serviços públicos.

A Rodovias do Brasil Holding S/A. (“Companhia”, “Rodovias Brasil” ou “Controladora”) foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima, sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 501 A, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital. As ações de emissão da Companhia são integralmente detidas pelo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), anteriormente denominado SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP 1355”).

A constituição da Companhia se inseriu no âmbito de reorganização promovida pelo RDB FIP, destinada a aprimorar a estrutura de investimentos na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Controlada”).

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Controlada para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação no âmbito dos investidores do RDB FIP não teve como efeito a alienação do controle indireto da Controlada.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. à Companhia. Desta forma, a Companhia, passou a ser acionista direta da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., passando a deter o equivalente a 85% do capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Concessionária Rota das Bandeiras S.A., sendo certo, contudo, que, uma vez que a Companhia é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Controlada, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Controlada, de forma que não se aplica o previsto no art. 254-A da Lei.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Concessionária” ou “Controlada”)**

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui seis Termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo:

(1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B;

(2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009;

(3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto;

(4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220;

(5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão;

(6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Capital circulante líquido negativo

A Companhia mantém disponibilidades suficiente para honrar com seus compromissos de curto prazo. A Controlada utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 30 de setembro de 2021 as informações contábeis intermediárias consolidadas apresentam um passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$ 246.011

Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto de COVID-19 como uma pandemia global. Com a disseminação dos casos no Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado de São Paulo, por intermédio do Decreto N° 64.881 de 22 de março de 2020, estabeleceram-se medidas de isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus. Essas medidas foram relaxadas com a redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica, devido ao avanço do Plano Nacional de Vacinação, que, até meados de outubro de 2021, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, 49% da população brasileira, foram totalmente imunizados e aproximadamente 73% receberam ao menos uma dose da vacina. Ao todo foram aplicados mais de 251 milhões de doses. A vacinação é uma forma segura e eficaz de prevenção da COVID-19, de controlar a pandemia e de recuperação do convívio social.

Neste contexto, a Administração da Controlada vem adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atuam. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Controlada, foram adotadas, entre outras, as seguintes medidas para garantir a segurança de seus funcionários, usuários e prestadores de serviços:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Retorno para o regime presencial de trabalho os integrantes que foram totalmente imunizados e a permanência no regime de home-office para os integrantes que apenas receberam a primeira dose ou não imunizados;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, orientação sobre a importância da vacinação, treinamento do plano de contingência, testes rápidos para detecção da COVID-19, aferição da temperatura, máscaras e álcool em gel, para uso obrigatório.

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia informa que, no período findo em 30 de setembro de 2021, houve uma redução no tráfego de aproximadamente 8,2%, em comparação com a melhor estimativa para mesmo período, quando desconsiderado os efeitos antes do início da pandemia da COVID-19, porém, em relação ao mesmo período de 2020, houve um aumento no tráfego realizado de aproximadamente

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

10,6%.

A reestruturação financeira realizada em dezembro de 2019, e o consequente prazo de carência de dois anos para a Segunda Emissão de Debêntures da Controlada, assegurou a Controlada capacidade de manutenção das suas atividades operacionais e com certo grau adequando a execução do seu plano de investimentos, ainda que em cenários de estresse.

A Controlada vem sendo diligente na administração do contrato de concessão, mantendo comunicações periódicas junto ao Poder Concedente e Agência Reguladora, de forma a assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Importante mencionar que os ratings nacionais de longo prazo da Primeira Emissão de Debêntures ODTR11 e da Segunda Emissão de Debêntures da Rota das Bandeiras foram reafirmados em AAA com perspectiva estável pela Fitch conforme último relatório de rating divulgado pela Fitch no dia 22 de dezembro de 2020, mesmo após considerar os efeitos do COVID-19.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em 30 de setembro de 2021, foram aprovadas por sua administração em 16 de novembro de 2021.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente os totais apresentados.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem informações da Companhia, e da sua controlada.

O controle é obtido quando a Companhia possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 01, a Rodovias do Brasil Holding S.A. foi constituída em 26 de fevereiro 2021, sendo assim, suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2021 não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo.

Assim, essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão da controlada reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.1 e 3.2.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras da controlada encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48/ (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado.

(ii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Controladora e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber da controlada são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período da controlada compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota Explicativa 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

f) Combinação de negócios e *Goodwill* sob controle comum

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo (valor contábil).

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) e no caso de combinação de negócios realizada em estágios, do valor justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

g) Investimentos

Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da controlada são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com vida útil econômica do ativo, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

i) Ativos intangíveis**(i) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do período.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento da controlada (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão da Controlada”, no ativo intangível (Nota Explicativa 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Controlada durante o prazo de concessão.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para manutenção

A Companhia reconhece uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para os próximos cinco anos, descontados a valor presente a uma taxa de 8,64% em 30 de setembro 2021.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

(ii) Provisão para litígios judiciais

As provisões para litígios judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança pela administração, através de seus assessores jurídicos.

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor.

l) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Atualmente, as principais modalidades de instrumentos de dívida utilizado pelo Grupo são as Cédulas de Créditos Bancários ('CCB') e debentures não conversíveis.

m) Receitas de contratos com clientes**(i) Receita de serviço**

A Controlada adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Controlada reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção da controlada é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Notas explicativas 9 e 17), onde a Controlada estima que o valor justo da

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

n) Benefícios a empregados**(i) Obrigações de aposentadoria**

O Grupo mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência), entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 - Benefícios a empregados.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos seus acionistas após certos ajustes.

A Companhia e sua controlada reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

o) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

p) Base de consolidação**Controlada**

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias da Companhia e sua Controlada conforme Nota Explicativa

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nº 10.

A controlada incluída na consolidação das informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, está listada a seguir:

Controladas	Principal Atividade	UF	Participação em (%)	
			2021	2020
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Concessionária	SP	85	-

A controlada é consolidada de acordo com o percentual de participação a partir da data da sua aquisição, ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas são elaboradas com base nas informações contábeis intermediárias da controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social da controlada coincide com o da controladora. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

2.2. Adoção dos padrões internacionais de Contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- **CPC 00 (R2):** trouxe novos conceitos sobre a apresentação, mensuração, divulgação e atualização da definição de ativos, passivos, receitas e despesas nas informações contábeis intermediárias.

Dentre as principais alterações destacam-se os seguintes pontos:

a) Definição do objeto do relatório financeiro

O objeto do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

b) Características qualitativas da informação financeira útil

As características identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis para os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, para tomada de decisão. As características fundamentais são: i) relevância e ii) representação fidedigna.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Elementos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Altera a definição de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas.

d) Critérios de reconhecimento e desreconhecimento

Define os critérios para incluir ativos e passivos nas informações contábeis intermediárias (reconhecimento) e orientações sobre quando baixá-los (desreconhecimento).

e) Mensuração

Adicionou novas bases de mensuração e discute os fatores a serem considerados para escolha de umas dessas bases de mensuração.

f) Apresentação e divulgação

Define que a comunicação efetiva de informações nas informações contábeis intermediárias torna as informações relevantes e contribui para uma representação fidedigna de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas.

A Administração da Companhia e da Controlada concluiu que a aplicação desta interpretação não trouxe impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias.

q) Lucro por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Gestão do capital e riscos financeiros e gestão**a) Considerações gerais**

A Companhia e sua Controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua Controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada,

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo, debêntures e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	221.802	25.762	-	-
Debêntures (i)	120.489	206.527	1.486.934	4.764.483
Cédula de Crédito Bancário (i)	51.194	-	-	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debênture e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta, juntamente com sua controlada, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 30 de setembro de 2021, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a sua Controlada estava exposta na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente em 30 de

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

setembro de 2021, extraído pela projeção do Banco Santander em 15 de outubro de 2021, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 30 de setembro de 2021.

Instrumento	Risco	Saldo em 30/09/2021	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário II Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	84.103	8,15%	6.854	6,11%	5.141	4,08%	3.427

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Controlada está exposta na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente em 30 de setembro de 2021, extraído pela projeção do Banco Santander em 15 de outubro de 2021, foi definido o cenário provável (cenário I) para o período findo em 30 de setembro de 2021 e a partir deste, foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 30 de setembro de 2021.

Instrumento	Risco	Saldo em 30/9/2021	Cenário I Provável			Cenário II Adverso Possível			Cenário III Adverso Extremo		
			Taxa		Perda	Taxa		Perda	Taxa		Perda
Empréstimos	Alta do CDI	50.556	8,15%	-	4.129	10,19%	-	5.150	12,23%	-	6.180
Debêntures	Alta do CDI	39.116	8,15%	-	3.188	10,19%	-	3.985	12,23%	-	4.728
Debêntures	Alta do IPCA	174.844	8,59%	-	10.113	10,74%	-	26.019	12,89%	-	41.926

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia e sua controlada.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Controlada, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controlada. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia e a Controlada revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e financiamentos / debêntures

As cédulas de créditos bancários e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1 Gestão de capital

A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), adicionando o efeito dos instrumentos derivativos e subtraindo do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos (nota 14.1)	606.640	3.111.492
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14.2)	(1.844)	(1.844)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(129)	(91.829)
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(2.148)	(86.251)
Dívida líquida	602.519	2.931.568
Total do patrimônio líquido	118.565	245.827
Total do capital próprio e de terceiros	721.084	3.177.395
Índice de alavancagem financeira - %	84%	92%

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são revistas de maneira contínua, e para o período findo em 30 de setembro de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

- a) **Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 30 de junho de 2021, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros;

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

- b) **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** a recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado;
- c) **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço;
- d) **Reconhecimento de receita de construção:** na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Administração utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01;
- e) **Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** a Controlada reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.4 Investimentos

Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da controlada são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, o investimento na controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****3.5 Combinação de negócios e *Goodwill* sob controle comum**

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) e no caso de combinação de negócios realizada em estágios, do valor justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

4. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros, por categoria, estão demonstrados a seguir:

	Mensurado ao valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	129	91.829
Títulos e valores mobiliários	2.148	29.077	-	57.174
Instrumentos derivativos	1.844	1.844	-	-
Contas a receber	-	-	-	59.610
	3.992	30.921	129	208.613
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	606.640	3.111.492
Arrendamento mercantil	-	-	-	7.930
Fornecedores	-	-	187	245.739
	-	-	606.827	3.365.161

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A Controladora e sua controlada mantêm seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 30 de setembro de 2021, os montantes dos ativos financeiros que possuem classificação externa de créditos estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	129	88.757
Títulos e valores mobiliários	2.148	2.148
Títulos e valores mobiliários longo prazo	-	84.103
	2.277	178.080

- (i) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 30 de setembro de 2021.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	BB-	Ba2	BB-
Banco BTG Pactual S.A.	AA	Aa2	AAA
Banco Santander S.A.	-	Aaa	AAA
Banco Finaxis S.A.	AAA	-	-
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AAA	AA+
Banco Safra S.A.	-	Ba1	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
Caixa Geral	-	5
Numerários em trânsito (i)	-	90
Fundo de Troco	-	595
Bancos conta movimento	129	3.213
Aplicações financeiras (ii)	-	87.926
Total	129	91.829

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****7. Títulos e valores mobiliários**

	30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
Aplicações Financeiras (i)	-	26.929
Aplicações Financeiras Vinculadas (ii)	-	57.174
Debêntures (iii)	2.148	2.148
	2.148	86.251
Circulante	2.148	2.148
Não circulante	-	84.103

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores Concessionária ("FIDC" ou "Fundo") adquiridas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Controlada, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Controlada faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo.
- (ii) O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Controlada, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada;
- (iii) A Companhia comprou a quantidade letras compromissadas em debêntures (títulos corporativos) de variadas Companhias brasileiras, através do banco BTG Pactual. O prazo médio de vencimento é de 40 dias, com indexador de 60% DI e liquidez é diária (D+0).

8. Contas a receber

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

	30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	-	50.010
Vale pedágio, cupom e cartão próprio	-	2.511
Receitas acessórias	-	2.534
Poder concedente	-	4.555
	-	59.610
Ativo circulante	-	55.564
Ativo não circulante	-	4.046

Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Controlada, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos****9.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

	30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	-	236.849
Benefício fiscal (ágio) (i)	-	24.498
Provisão para contingências (i) (a)	-	5.123
Outras Provisões (i) (a)	-	57
Provisão para conserva especial (i) (a)	-	912
Participação nos lucros e resultados (i) (a)	-	1.204
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	-	2.169
	-	270.813
	Controladora	Consolidado
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	-	58.092
Margem de construção	-	7.837
Encargos financeiros	-	1.258
Juros e encargos capitalizados	-	15.254
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	-	50.717
Arrendamento Mercantil	-	(334)
	-	132.824
	Controladora	Consolidado
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	-	270.813
Tributos diferidos passivos	-	(132.824)
	-	(137.989)

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Outros (a)	Compensação
				Total
2021	-	4.899	-	4.899
2022	12.911	19.599	-	32.510
2023	31.994	-	-	31.994
2024	39.131	-	-	39.131
2025	41.707	-	-	41.707
2026 em diante	111.106	-	-	111.106
	236.849	24.498	9.466	270.813

Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

9.2 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período iniciado em 26/2/2021 a 30/9/2021	
	Controladora	Consolidado
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(44.653)	(64.244)
Tributos (IR/CS) as alíquotas da legislação - 34%	15.182	21.843
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Equivalência patrimonial	(8.522)	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(6.660)	(6.660)
Outras adições (reversões) permanentes	-	(15)
Tributos sobre o lucro	-	15.168
Corrente	-	-
Diferido	-	15.168

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****10. Investimentos e combinação de negócios sob controle comum**

No dia 11 de maio de 2021, o Fundo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (RDB Participações) e a Rodovias do Brasil, realizaram contrato de compra e venda de ações no valor fixo e irrevogável de R\$1.510.069, onde o Fundo vendeu a totalidade de sua participação societária (85%) na Controlada Concessionária Rota das Bandeiras S.A. para a Rodovias do Brasil Holding S.A.

Abaixo segue a movimentação do período:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 26 de fevereiro de 2021	-
Adição de novos negócios (i)	1.510.069
Ágio na operação de combinação de negócios sob controle comum	(763.852)
Equivalência patrimonial	(25.065)
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u><u>721.152</u></u>

- (i) O preço de aquisição foi definido por meio de laudo de avaliação realizado pela UHY Bendoraytes, ele foi pago ao Fundo RDB Participações da seguinte forma: R\$583.000 em caixa e o montante remanescente no valor R\$927.070, foi revertido em aumento de capital. O aumento de capital ocorreu em 11 de maio e 14 de junho de 2021, nos montantes de R\$925.070 e R\$2.000, respectivamente.

11. Ativo de contrato e intangível**11.1 Ativo de contrato**

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

	<u>31 de dezembro de 2020</u>			<u>30 de setembro de 2021</u>
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências de obra (i)</u>	<u>Líquido</u>
Edifícios e instalações	22.494	29.024	(24.345)	27.173
Hardware equipamentos de pedágio	4.685	4.123	(2.327)	6.481
Demais melhorias e ampliações	94.386	136.370	(105.915)	124.841
Desapropriações	12.508	14.249	(1.010)	25.747
Custos de empréstimos (i)	15.962	29.602	(16.374)	29.190
Meio ambiente e elementos de segurança	3.277	4.940	(40)	8.177
	<u>153.312</u>	<u>218.308</u>	<u>(150.011)</u>	<u>221.609</u>

- (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;
(ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

As adições do período referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332), no trecho do km 164 ao 180+160, entre Engenheiro Coelho e Conchal, Duplicação da Rodovia dos Agricultores (SPA 122/065) entre km 0 ao 4+250, Perimetral de Itatiba (SP-360), Posto Geral de Fiscalização do km 55+200, pista norte (SP-065), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083) até nas proximidades do Aeroporto Internacional de Viracopos, Marginal de Jundiaí entre o km 62 ao 65 (SP-360) e Posto Geral de Fiscalização do km 11, pista sul (SP-083).

11.2 Intangível

	Consolidado				
	Infraestrutura de concessão	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de leasing(i)	Total
Custo	2.621.241	1.337.238	5.512	31.302	3.995.293
Amortização acumulada	(689.658)	(368.431)	(2.019)	(21.254)	(1.081.362)
Saldos em 30/4/2021	1.931.583	968.807	3.493	10.048	2.913.931
Movimentação do período					
Adições	1.223	-	-	2.132	3.355
Transferências de obras (ii)	150.012	-	-	-	150.012
Reclassificação do custo	-	-	-	-	-
Reclassificação de ativos (iii)	-	1	62	-	63
Baixas, líquidas de amortização	(13)	-	-	(140)	(153)
Amortização	(67.700)	(15.115)	(463)	(4.774)	(88.052)
Custo	2.772.448	1.337.238	5.573	30.829	4.146.088
Amortização acumulada	(757.343)	(383.545)	(2.481)	(23.563)	(1.166.932)
Saldos em 30/9/2021	2.015.105	953.693	3.092	7.266	2.979.156

(i) Contratos de arrendamentos mercantil.

(ii) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível.

(iii) Reclassificação de saldo de ativo imobilizado para intangível, referente a implementação do novo ERP de gestão administrativa e financeira.

a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas de crescimento macroeconômica.

As adições do período findo em 30 de setembro de 2021 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****b) Direito de outorga da concessão**

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão da controladora.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

c) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais.

Em 30 de setembro de 2021, foram registrados no resultado do período os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	Veículos	Total
Arrendamento de curto prazo	24	24
Arrendamento excedentes	6	6
	30	30

d) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Controlada e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

12. Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Controlada.

	30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
Fornecedores - Materiais e serviços	187	219.977
Fornecedores - Retenção contratuais	-	25.762
	187	245.739
Passivo circulante	187	219.977
Passivo não circulante	-	25.762

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e por meio de operações de "Antecipação de Fornecedores" com instituições financeiras. Em 30 de setembro de 2021, o saldo equivalente a estes contratos montava R\$ 201.380.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****13. Partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Balanço patrimonial	
	Controladora	Consolidado
Ativos (passivos) líquidos		
Títulos e valores mobiliários (i)	-	26.929
Fornecedores (ii)	-	(126)
	-	26.803
Resultado do período		
	Controladora	Consolidado
Custos e despesas operacionais (ii)	-	605
Serviços Prestados (iii)	-	90
	-	695

- (i) **Fundo de Investimento de Direito Creditórios ("FIDC"):** Referente à aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores Concessionária, conforme mencionado na nota 5.
- (ii) **Vexty Previdência:** Em 30 setembro junho de 2021, a Controlada apresenta o montante a pagar de R\$126, referente ao plano de previdência complementar. O montante de R\$ 605, refere-se a despesa com plano de previdência complementar do período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021.
- (iii) **Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO):** O montante de R\$ 90, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia e da Controlada no período findo em 30 de setembro de 2021, totalizam os montantes de R\$ 177 e R\$ 2.540 respectivamente.

14. Empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos**14.1 Empréstimos e financiamentos ('Dívida')**

As dívidas da Companhia e sua controlada são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários (CCB) e mercado de capitais (debêntures), denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos.

Em 30 de setembro de 2021, a composição dos títulos de dívida da Companhia e sua controlada está apresentada como segue:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	30/09/2021		
	Taxa de juros efetiva (a.a)	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamento -			
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (b)	IPCA+6,70%	-	329.862
2ª Emissão Debêntures CBAN (b)	IPCA+5,2%/	-	2.568.225
1ª Emissão Debêntures RODB11 (b)	DI+4,25%	619.378	619.378
(-) Gastos a amortizar (c)		(12.738)	(456.529)
		606.640	3.060.936
Empréstimos e financiamento - CCB (a)	CDI+3,88%	-	50.556
		606.640	3.111.492
Passivo circulante		-	147.458
Passivo não circulante		606.640	2.964.034

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 26 de fevereiro de 2021	-	-
Combinação de negócios em 30 de abril de 2021	-	2.345.345
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	600.000	600.000
Amortização de principal	-	-
Custo de captação	(12.738)	(12.738)
Pagamento de encargo de dívida	-	(1.775)
Encargos financeiros incorridos (Efeito não caixa):		
Juros e variação monetária (i)	19.378	159.184
Amortização dos custos de captação (i)	-	21.476
Saldo em 30 de setembro de 2021	606.640	3.111.492

- (i) A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do período foi de 10,39%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na nota 19.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e encargos financeiros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal	Encargos financeiros(i)	Total
2022	10.669	2.459	13.128
2023	10.668	3.198	13.866
2024	66.668	24.777	91.445
2025	507.668	288.130	795.798
2026 a 2030	1.598.656	1.844.103	3.442.759
2031 em diante	873.152	1.726.080	2.599.232
	3.067.481	3.888.747	6.956.228

- (i) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (Parcela pós-fixada vinculada ao CDI) e índices inflacionários (IPCA) em vigor em 30 de setembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

das debêntures serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Cédula de Crédito Bancário

Em 17 de novembro de 2020, a Controlada realizou a 3ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., com o valor principal de R\$ 50.000, à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 3,48% a.a., calculados de forma exponencial *pro rata temporis*, (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis, e comissão de 0,40% a.a., com prazo de vencimento do valor principal em 17 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão pagos trimestralmente a partir de 17 de fevereiro de 2021, até o vencimento final em 17 de novembro de 2021.

(b) Debêntures

Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030.

Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A os parâmetros de atualização anulam efeito do Di+4,25% e passa a ser IPCA + 8.00% aa exp du252 incorpora juros até 10/11/2023 para a debênture RODB11

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 30 de setembro de 2021 é de:

					Consolidado
Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Saldo
nov-13	ODTR 1º série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	329.862
dez-19	CBAN 1º série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.054.041
dez-19	CBAN 2º série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	765.991
dez-19	CBAN 3º série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	296.287
dez-19	CBAN 5º série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	245.807
dez-19	CBAN 7º série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	206.099
mai-21	RODB11 1ª	600.000	até maio-30	CDI + 4,25%	619.378
					3.517.465

(c) Custo de captação - Debentures

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	30/09/2021 Controladora	30/09/2021 Consolidado
Saldo no início do período	-	465.267
Gastos pagos no período	12.738	12.738
(-) Amortizações	-	(21.476)
Saldo no final do período	12.738	(456.529)

(d) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Controlada são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Controlada. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

As garantias constituídas pela Controladora são: (i) alienação fiduciária em garantia da totalidade das ações de emissão da Emissora, de titularidade dos acionistas ("Ações"), (ii) cessão fiduciária em garantia de ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e em conjunto com a alienação Fiduciária de Ações "Garantias Reais"). Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da RODB11 (1ª emissão).

(e) Principais compromissos assumidos ("Covenants")

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2021. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, conforme periodicidade estabelecida na escritura, não houve apuração de "ICSD" e Dívida Líquida/EBITDA, no período.

O índice dívida líquida/Ebitda da Controladora ficou em 4,99, atendendo o limite estabelecido na escritura para o período de 6,25. Conforme periodicidade estabelecida na escritura, não houve apuração de "ICSD" no período

14.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas de juro. Como parte da estratégia de proteção a Companhia contratou swaps com o objetivo de proteção econômica e financeira para as debêntures do emitidas pela Controladora. Este swap troca integralmente a exposição dos fluxos de caixa da debêntures, sendo assim, a Companhia recebe a taxa DI + 4,25% a.a e paga à contraparte (BTG Pactual) a taxa IPCA + 8,00% a.a. Essa operação não foi designada como *hedge accounting*. Em 30 de setembro de 2021, o valor justo do swap era de R\$1.844.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****15. Arrendamento Mercantil**

	Imóveis	Máquinas e	Veículos	Total
Saldos em 30 de abril de 2021	305	9.677	1.077	11.059
Adições	345	238	1.549	2.132
Rescisão de contratos	(133)	-	(85)	(218)
Pagamentos	(78)	(4.526)	(815)	(5.419)
Apropriação de juros	13	289	74	376
Saldos em 30 de setembro de 2021	452	5.678	1.800	7.930
Passivo circulante	193	5.348	1.206	6.747
Passivo não circulante	259	329	595	1.183

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 9% a.a. A taxa corresponde ao custo médio de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

16. Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais**16.1 Provisão para demandas e passivos contingentes**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para litígios judiciais estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Regulatórios	Total
Saldos em 30 de abril de 2020	805	8.665	331	4.984	14.785
Pagamentos	-	-	-	-	-
Constituição (reversão) no resultado	357	(408)	(28)	363	284
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.162	8.257	303	5.347	15.069

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos.

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado
	30/09/2021
Processos trabalhistas e previdenciárias	8.051
Processos cíveis	30.728
Processos tributários	64.366
Processos regulatórios	1.932
	105.077

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****Principal processo tributário**

A Controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. A Controlada protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A Controlada apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na nota 14.2.

16.2 Depósitos judiciais

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 30/4/2021	398	1.667	66.400	1.899	70.364
Adições	63	32	98	-	193
Baixas	(100)	(8)	-	(347)	(455)
Atualização monetária	10	32	1.294	60	1.396
Saldos em 30/9/2021	<u>371</u>	<u>1.723</u>	<u>67.792</u>	<u>1.612</u>	<u>71.498</u>

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Controlada entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Controlada mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve atualização para esse processo.

17. Provisão de conserva especial

A movimentação do período está apresenta a seguir:

	Consolidado
	30/9/2021
Saldo no início do período	3.193
Constituição conserva especial, líquida de AVP	67.281
Baixa de conserva especial	(67.791)
Saldo final do período	<u>2.683</u>

Em 30 de setembro de 2021, a Controlada apresenta o saldo de R\$2.683 referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura.

A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 8,64% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. Em maio de 2021 a Controlada revisou as estimativas de gastos, para fazer fase a obrigação na data do balanço, em conformidade com os fatores de mercado, alta dos preços de insumos e antecipação do cronograma de obras.

A Controlada reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

As baixas de conserva especial do período findo em 30 de setembro de 2021, decorreram pela antecipação do cronograma de intervenção de obras realizadas no pavimento, pontes, viadutos e sinalizações das principais rodovias (SP-065, SP-332 e SP-360) e pelos constantes aumentos de preços das commodities (petróleo e aço), que contribuíram diretamente nos aumentos de aproximadamente 20% de custos com conserva especial. Existem obras de recuperação a concluir nas SP-063, SP-083 e SP-360, referente ao terceiro ciclo de intervenções especiais.

18. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia fora constituída sob o Capital Social de R\$ 1, mediante a emissão de 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$1,00 (um real) por ação.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia deliberou o aumento de Capital Social em R\$925.069, mediante a emissão de 925.070.207 (novecentos e vinte e cinco milhões, sessenta e nove mil, duzentos e sete) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$1,00 (um real) por ação.

Em 14 de junho de 2021, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 2.000 e passou a ser de R\$927.070 representado por 927.070.207 (novecentos e vinte e sete milhões, setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um real) por ação.

Acionista	N° ações	%	Total
RdB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	927.070.206	99,9%	927.070.206
Outros	1	0,01%	1
	<u>927.070.207</u>	<u>100</u>	<u>927.070.207</u>

b) Lucro (prejuízo) básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

emitidas durante o exercício.

	Controladora
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(44.653)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (Lote de mil)	927.070
	<u>(0,05)</u>

c) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

d) Transação de Capital

Trata-se do resultado da combinação de negócios sob controle comum, de acordo com o ICPC 09, reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido na linha de transação de capital no valor total de R\$763.852.

e) Distribuição de lucros

A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada período, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

19. Receita líquida

	Consolidado	
	01/07/2021	26/2/2021
	a	a
	30/9/2021	30/9/2021
Receita bruta		
Receitas de pedágios:		
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)</i>	152.187	238.303
Numerários	37.978	60.043
Vale pedágio, cupom e cartão próprio (ii)	10.980	17.893
Receitas extraordinárias - Uso de faixa de domínio	5.290	8.311
Receitas acessórias	284	626
Receita de construção (iii)	100.963	142.151
	307.682	467.327
ISS	(10.153)	(16.012)
PIS e COFINS	(7.170)	(11.280)
Total	290.359	440.035

- (i) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).
- (iii) A Controlada reconhece como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Controlada utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

método de cálculo por dentro;

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

20. Custo dos serviços, despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas, líquidas, por natureza

Consolidado			
01/07/2021 a 30/9/2021			
	Custo dos serviços prestados	Despesas operacionais	Total
Custo de construção da infraestrutura	99.941	-	99.941
Amortização e depreciação	53.361	361	53.722
Provisão para conserva especial e manutenção (i)	23.402	-	23.402
Salários e encargos	8.481	2.915	11.396
Serviços de terceiros	3.790	1.911	5.701
Materiais e equipamentos	3.571	167	3.738
Ônus variável da concessão	3.106	-	3.106
Indenizações cíveis	-	1.706	1.706
Provisão para litígios judiciais	-	30	30
Outros custos e despesas, líquidas	1.430	261	1.691
Total	197.082	7.351	204.433

Consolidado			
26/02/2021 a 30/09/2021			
	Custo dos serviços prestados	Despesas operacionais	Total
Custo de construção da infraestrutura	140.717	-	140.717
Amortização e depreciação	87.587	607	88.194
Provisão para conserva especial e manutenção (i)	41.231	-	41.231
Salários e encargos	13.884	4.975	18.859
Serviços de terceiros	6.482	2.976	9.458
Materiais e equipamentos	5.754	245	5.999
Indenizações cíveis	-	1.799	1.799
Provisão para litígios judiciais	-	284	284
Impostas, taxas e contribuições	-	358	358
Outros custos e despesas, líquidas	7.249	176	7.425
Total	302.904	11.420	314.324

- (i) Aumento na provisão da conserva especial, devido à revisão do cronograma e das estimativas de gastos com obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	01/07/2021 a 30/09/2021	26/02/2021 a 30/09/2021
	Controladora	Controladora
Salários e encargos	90	213
Serviços de terceiros	1.421	1.864
Impostas, taxas e contribuições	-	18
Outros custos e despesas, líquidas	22	28
Total	1.533	2.123

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Período iniciado em	
	01/07/2021 a 30/9/2021	26/02/2021 a 30/09/2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.335	1.812
Variação monetária de depósitos judiciais	636	1.395
Descontos obtidos	2.246	3.852
Instrumentos financeiros derivativos	1.820	1.880
Tributos sobre receitas financeiras	(199)	(349)
Outras receitas financeiras	200	529
	6.038	9.119
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(106.305)	(159.184)
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(12.933)	(21.476)
Capitalização de encargos financeiros	9.325	13.007
Instrumentos financeiros derivativos	-	(36)
Arrendamento mercantil operacional	(223)	(376)
Ajuste a valor presente	(666)	(26.050)
Outras	(2.873)	(4.959)
	(113.675)	(199.074)
Resultado financeiro, líquido	(107.637)	(189.955)

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Controladora 01/07/2021 a 30/09/2021	Controladora 26/02/2021 a 30/9/2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	19	74
Instrumentos financeiros derivativos	1.820	1.880
Tributos sobre receitas financeiras	2	(3)
	1.841	1.951
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.017)	(19.414)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outras	-	(1)
	(14.017)	(19.415)
Resultado financeiro, líquido	(12.176)	(17.465)

22. Demonstração dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa do período findo em 30 de setembro de 2021.

Abaixo segue as principais transações não caixa ocorridas no período:

	26/02/2021 a 30/09/2021	
	Controladora	Consolidado
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais		
Fornecedores	-	(2.344)
	-	(2.344)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento		
Reclassificação de ativo imobilizado	-	(63)
Adição de investimentos	927.070	-
Ágio na combinação de negócios sob controle comum	(763.852)	-
Adições de ativo intangível	-	2.407
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	-	1.992
Encargos financeiros capitalizados ao ativo (i)	-	13.007
	163.218	17.343
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento		
Conversão de contas a pagar em Integralização de capital	(927.070)	-
Ágio na combinação de negócios sob controle comum	763.852	-
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	-	(1.992)
Encargos financeiros capitalizados ao ativo	-	(13.007)
	(163.218)	(14.999)

(i) Não inclui a margem de construção de 1%.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas****Período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****23. Seguros**

A Controlada mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração da Controlada para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Seguro de Riscos Administrativos	AXA Seguros	01-jun-21	01-jun-22	40.000
Risco de Engenharia	AXA Seguros	15-mar-21	15-mar-25	47.797
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros	11-jul-19	11-jul-22	2.923
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros	11-mai-20	11-mai-25	315
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora	29-jun-21	29-jun-22	288.718
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora	07-jul-20	07-jul-25	604
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora	17-mar-21	17-mar-26	691
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora	12-jul-21	12-jul-26	370
Seguro de Imóvel	Fator Seguradora	27-set-21	27-set-22	220
Risco de Engenharia	HDI Global Seguros S.A	15-mar-20	15-mar-25	127.203
Seguro de Veículo	Tokio Marine Seguradora	30-set-21	30-set-22	(*)
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora	29-dez-19	29-dez-21	92.800
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora	30-abr-21	30-abr-22	821
Risco de Engenharia	XL Seguros Brasil	15-mar-19	15-mar-25	114.564
Risco operacional	XL Seguros Brasil	29-jun-20	29-dez-21	360.000

24. Eventos subsequentes**Debênture ODTR11**

Conforme obrigação escritural da Debênture ODTR11, a Controlada deve realizar pagamentos anuais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em 14 de outubro de 2021, a Controlada realizou o pagamento do valor dos juros remuneratórios da Debênture ODTR11, no montante de R\$ 20.832.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Rodovias do Brasil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas comparativas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 26 de fevereiro de 2021 e, desta forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas findas em 30 de setembro de 2021, são as primeiras informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentadas pela Companhia e seu resultado está compreendido pelo período de 26 de fevereiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. Por este motivo não existem informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas comparativas.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da diretoria sobre às demonstrações contábeis

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Rodovias do Brasil Holding S.A., sociedade anônima, regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 501 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ declara que os diretores reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021.

Alexandra Catherine de Haan	Alexandre Günther Steinhäuser
Diretora-Presidente	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Rodovias do Brasil Holding S.A., sociedade anônima, regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 501 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ declara que os diretores reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao período de 26 de fevereiro a 30 de setembro de 2021.

Alexandra Catherine de Haan
Diretora-Presidente

Alexandre Günther Steinhäuser
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores